CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE: Nº 1386/82 - DRERP Nº 1136/82 -
INTERESSADO : ESCOLA TÉCNICA MUSICAL DE 1º e 2º GRAUS "HEITOR
VILLA-LOBOS"/BARRETOS.
ASSUNTO : CONVALIDAÇÃO DE ATOS ESCOLARES DE MARIA ANGÉLICA REIS
VASCONCELOS DOS SANTOS, NELIMARA SENO, SILVANA APARE-
CIDA LOPES BLANCO, ANA SÍLVIA MUNHOZ BLANCO.
RELATOR : CONSELHEIRO BAHIJ AMIN AUR
PARECER CEE : Nº 717/83 - CEPG - APROVADO EM 11/05/83.

1. HISTÓRICO:

- 1.1 A direção da Escola Técnica Musical de 1º e 2º Graus "Heitor Villa-Lobos" de Barretos, autorizada a funcionar pela Portaria CENP nº 148/78 de 07.07.78, dirigiu-se a este Conselho solicitando a convalidação de atos escolares dos alunos abaixo relacionados que ingressaram em Curso de Qualificação Profissional IV com Habilitação afim em Instrumento-Piano, sem terem concluído o ensino de 1º grau:
 - Maria Angélica Reis Vasconcelos dos Santos
 - Nelimara Seno
 - Silvana Aparecida Lopes Blanco
 - Ana Sílvia Munhoz Blanco
- 1.2 O Supervisor de Ensino, em seu parecer, considerou que as Escolas de Ensino Artístico, dada a estrutura de seus antigos cursos, de unidade pedagógica diferente, encontram dificuldades em adequar-se à nova legislação e que as alunas em questão estão cientes de que só farão jus à obtenção do diploma após a conclusão do 2º grau e opinou favoravelmente pela convalidação dos atos escolares.
- 1.3 O Grupo de Ensino Artístico da CENP, ao analisar o caso que lhes foi encaminhado pela CEI, assim se manifestou:
 - "a) as alunas interessadas concluíram o curso de 1º grau antes do término do Curso de Qualificação Profissional IV-Habilitação Plena em música, com habilitação afim em Instrumento-Piano, apresentando o devido certificado de conclusão do 1º grau;

PROCESSO CEE: N° 1386/82 PARECER CEE: N° 717/83

- b) as alunas interessadas, cumpriram integralmente o currículo da habilitação profissional em questão, quanto ao aproveitamento e assiduidade;
- c) a referida irregularidade foi cometida pela dificuldade da escola em se adequar à nova legislação."

Concluiu a GEA/CENP com parecer favorável à convalidação das matrículas e demais atos escolares praticados pela alunas citadas.

- 1.4 Instruem o processo os seguintes documentos:
 - certificado de conclusão do 1º grau e respectivos históricos escolares;
 - atestados confirmando as matrículas em cursos de 2º grau regular;
 - certidões de nascimento;
 - declarações com "ciência" das alunas de que seus diplomas de Técnico em Música seriam entregues após a conclusão do curso de 2º grau;
 - históricos escolares do Curso de Qualificação Profissional IV - Habilitação plena em Música - Habilitação em Piano.
- 1.5 As alunas em questão foram matriculadas no referido curso da seguinte forma:
 - Maria Angéliea Reis Vasconcelos dos Santos - matriculada no início de 1978, concluiu o 1º grau em dezembro de 1978;
 - Nelimara Seno - matriculada no início de 1978, concluiu o 1º grau em dezembro/79;
 - Silvana Aparecida Lopes Blanco - matriculada no início de 1979, concluiu o 1º grau em dezembro/79;
 - Ana Sílvia Munhoz Blanco - matriculada no início de 1980, concluiu o 1º grau em dezembro/80.

2. APRECIÇÃO:

- 2.1 A deliberação CEE nº 14/73 vigente à época em que as quatro alunas foram matriculadas no Curso de Qualificação Profissional IV - Habilitação Plena em Música exigia que para realizar sua matrícula o aluno tivesse completado o ensino de 1º grau. A matrícula nos antigos conservatórios musicais, sem conclusão do 1º grau, se enquadrava nos termos do Decreto 9798/38, que não exigia nenhum nível de escolaridade.
- 2.2 O Parecer CEE nº 1238/81 relatado pela Conselheira Maria Aparecida Tamaso Garcia, aprovado em 05.08.81, diz que "de fato, já passados quatro anos de enquadramento das escolas de ensino artístico ao sistema estadual de ensino, era tempo das escolas e dos órgãos superiores se assenhorem da legislação específica em vigor..." e solicitava, naquela ocasião, que a Secretaria de Estado da Educação verificasse se outros casos de irregularidades como esta que ocorreu na ETMPSG "Heitor Villa Lobos" não estariam ocorrendo nos demais conservatórios de ensino artístico, vinculados ao sistema estadual de ensino.
- 2.3 As situações análogas, examinadas por este Conselho, foram regularizadas com fundamento no fato de que aos alunos não cabe a responsabilidade pelo ocorrido e que, portanto, não deveriam sofrer o ônus de ter seus estudos invalidados (Parecer CEE nº 758/82).
- 2.4 A responsabilidade pelo ocorrido é da escola que aceitou as matrículas das alunas e permitiu ainda que freqüentassem irregularmente o curso supletivo em nível de 2º grau.
- 2.5 Recomenda-se a Escola Técnica Musical de 1º e 2º Graus "Heitor Villa-Lobos", de Barretos maior cuidado no atendimento dos pré-requisitos para matrícula de seus alunos, a fim de evitar a repetição de casos como estes.

PROCESSO CEE: Nº 1386/82

PARECER CEE: Nº 717/83

3. CONCLUSÃO:

Convalidam-se, excepcionalmente, as matrículas e atos escolares praticados pelas alunas Maria Angélica Reis Vasconcelos dos Santos, Nelimara Seno, Silvana Aparecida Lopes Blanco e Ana Sílvia Munhoz Blanco no Curso de Qualificação Profissional IV - Técnico em Música - Habilitação afim em Piano na Escola Técnica Musical de 1º e 2º Graus "Heitor Villa-Lobos" de Barretos/São Paulo.

São Paulo, 27 de abril de 1983

A) Cons. Bahij Amin Aur
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto de Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Joaquim Pedro Vilaça de Souza Campos, Gérson Munhoz dos Santos, Jair de Moraes Neves, Bahij Amin Aur e Abib Salim Cury.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 27 de abril de 1983.

A) Cons. Joaquim Pedro V. de Souza Campos
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de maio de 1983.

a) CONSº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
PRESIDENTE